

O Onze de Agosto

FACULDADE DE DIREITO DO LARGO SÃO FRANCISCO - USP • FUNDADO EM 1903 • Nº2 • ANO XCI • OUTUBRO DE 1994



Eleições no XI: O debate esquenta

Rasgando o Verbo defende sua nova chapa • pg.4

Artigo de presidente do CA é questionado • pg.5

Aluno propõe criação do "Núcleo XI Vivo" • pg.4

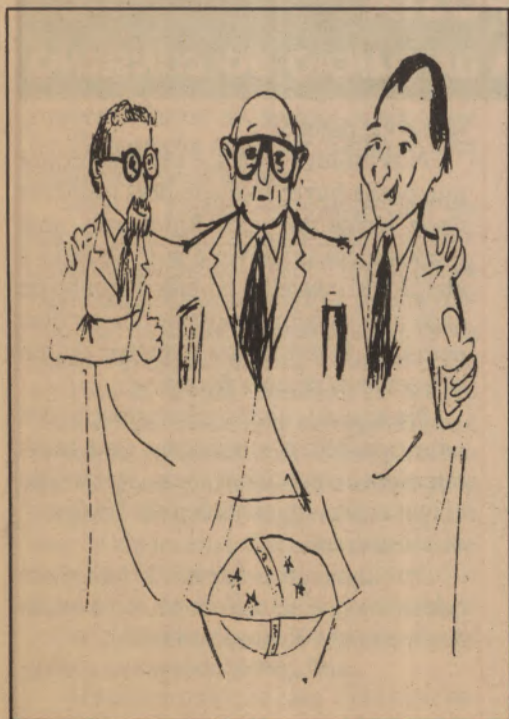
Gestão é criticada por excesso de boletins • pg.4

**ACADEMIA
DE LETRAS:**

**Critério
de seleção
dos textos
é debatido**

página 8

Perspectivas para o Brasil pós-eleições



Por:

**Celso Lafer
• pg.6**

**Dalmo Dallari
• pg. 7**

**Antônio Junqueira
• pg.7**

**Ex-presidente
da OAB
comenta
novo estatuto**

PÁGINA 3

EDITORIAL

Democracia de fato

Depois de realizadas as eleições gerais, depois de sabermos quem são nossos deputados, senadores e presidente da república, bem como, dentro em breve, quem serão nossos governadores, cabe-nos agora perguntar: o que será do país?

A transição para a democracia parece definitiva, entretanto lenta, sofrendo algumas ameaças periféricas (como o episódio da apuração no Rio de Janeiro) ou, então, ameaças que dizem respeito à estrutura de poder político que ainda privilegia a concentração representativa das regiões Norte/Nordeste em detrimento das demais.

A grande discussão acerca da nova Lei Eleitoral, das doações recebidas por partidos, da utilização da máquina pública para fins eleitoreiros, do monopólio dos meios de comunicação em favor de candidatos demonstra que a opinião pública não suporta mais ser enganada (o grande número de votos de protesto e nulos evidencia o descontentamento). A

discussão sobre programas de governo e projetos para o Brasil tornou mais impessoal o debate, reflexo de nítido amadurecimento da classe política.

E é nesse ponto em que estamos: de fazer valer o voto popular através da exigência e fiscalização para que os programas de governo sejam cumpridos, de ampliar a responsabilidade dos eleitos, fortalecendo assim o compromisso eleitor/eleito e, conseqüentemente, o próprio processo democrático.

A presente edição veicula ainda a política nas Arcadas, no dia das eleições do centro acadêmico. E traz à baila opiniões dos envolvidos no processo sucessório, que enviaram artigos tempestivamente.

Discute-se, também, o novo estatuto da OAB. Será que as acusações de que ele é corporativista são verdadeiras? Questões nacionais, como a fome, são retomadas e a nossa Academia de Letras mais uma vez é motivo de polêmicas.

"O Onze de Agosto"

Conselho Editorial:

CAIO POMPEU DE MEDAUAR DE SOUZA (1º NI)

DANIELA CRISTÓVÃO (1º NI)

KARYNA BATISTA SPOSATO (2º DP)

MOHAMAD ALI HASAN MAHMOUD (1º NP)

RICARDO STANZIOLA (3º NP)

THIAGO AUGUSTUS SANTIAGO NEVES (2º DP)

VANESSA DOLCE DE FARIA (2º DP)

Projeto Gráfico e Diagramação:

RENATO GOMES FRANZINI JR. E RODRIGO ONIAS

Fotolito e Impressão:

GAZETA MERCANTIL S/A

Tiragem:

5000 EXEMPLARES

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

"O Onze de Agosto" é o jornal oficial do Centro Acadêmico XI de Agosto.
Rua Riachuelo, 194 • fone: 239-3077 • fax: 239-3970

APOIO



CENTRO ACADÊMICO "XI DE AGÔSTO"

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

PROPOSTA

PARA ALTERAÇÃO DA ÉPOCA DA ELEIÇÃO DO CONSELHO

A experiência obtida nos trabalhos para a feitura do jornal "O XI de Agosto" deixou evidente a dimensão dos problemas que têm sido enfrentados todos os anos.

A começar pela época de eleição do Conselho: escolhidos os editores em março (no mais tardar em abril/maio) há um curto lapso de tempo antes das provas bimestrais e das férias de julho, dificultando o surgimento da 1ª edição do jornal no 1º semestre.

As tarefas, que vão desde a avaliação de uma linha editorial pelo grupo eleito, passando pela mobilização dos alunos para escreverem, até a busca de patrocínio, a fixação e cumprimento de prazos, demandam muito mais tempo do

que pode parecer...

Nos moldes atuais, é irreal acreditar que possa haver mais de dois números deste jornal por ano. Entretanto, uma proposta considerável é a de se fazer a eleição do conselho no mês de junho de cada ano. Assim, é possível haver dois períodos de férias para trabalhar - julho e dezembro/janeiro/fevereiro.

Neste caso, ainda, a participação dos calouros recém-chegados será mais intensiva e estimulante, pois já terão tido contato com algum número de "O Onze" do mesmo ano.

Infelizmente, o que há, de fato, é um calendário que vai de encontro com a ação dos membros do grupo editorial.

Ivan Rys (2ºDI) e Thiago Neves (2ºDP)

O NOVO ESTATUTO DA OAB

Mário Sérgio Duarte Garcia *

A lei nº 8.906, de 4 de julho de 94, sancionada sem qualquer veto, desencadeou uma onda de críticas, desarrazoadas muitas, colocando a OAB sob o alvo impiedoso dos que não se conformaram com o novo diploma disciplinador da atividade advocatícia.

É fora de questionamentos que a OAB cresceu de importância pela atuação intemorata de seus dirigentes, respaldados no apoio da classe, principalmente durante o período discricionário, quando a entidade lutou pelo restabelecimento do Estado de Direito e a volta da Democracia.

É lastimável, por isso, que o novo Estatuto tenha provocado arranhões à imagem da Ordem, até então imune a ataques como os de que foi recentemente vítima, notadamente se atentar-se ao fato de que partiram principalmente do Judiciário, com inegável reflexo na mídia.

Não há dúvidas de que a lei nº 4.215/63, que regulava a profissão do advogado, merecia reparos para adaptá-la à nova realidade social de uma classe cada vez mais proletarizada. As lacunas do antigo Estatuto exigiam sua modernização. Daí porque cogitava-se de uma reformulação legislativa apenas parcial.

A edição de uma nova Lei, entretanto, acabou por gerar perplexidade e críticas generalizadas. Disso decorreu que muitas garantias para o exercício da advocacia, que delas não pode prescindir para o livre exercício da profissão, e que já constavam da lei nº 4.215/63, reproduzidas no novo Estatuto, acabaram produzindo inconformismo e, até mesmo, providências junto ao STF, visando a declarar a incons-

titucionalidade de determinadas disposições da nova Lei da Advocacia.

Pode-se exemplificar, dentre os direitos assegurados pelo art. 88 da lei 4.215/63, o de inviolabilidade do domicílio, escritório e arquivos do advogado (item II), o de reclamar, quando preso em flagrante por motivo de exercício da profissão, a presença do Presidente da Seção local para a lavratura do auto respectivo (item IV), o de ingressar livremente, nas salas de sessões dos Tribunais, além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados (item VI). Esses mesmos direitos vieram a ser reproduzidos no novo diploma, embora com redação diversa mas com idêntica garantia ao exercício da profissão. Porém, geraram notória celeuma, como se se tratasse de privilégio inadmissível e exagerado, expressão de reprochável corporativismo.

Mas, ao contrário dos magistrados que hoje criticam tais direitos, o registro histórico da OAB noticia que em 29/09/53 o Conselho Federal aprovou voto de aplauso ao Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, pela sua iniciativa de "passar as cancelas para detrás do local destinado aos advogados, de acordo com a lei."

O novo Estatuto trouxe inegáveis benefícios à garantia do livre exercício da profissão, regulamentando o art. 133 da Constituição Federal, que estabelece a indispensabilidade do advogado à administração da Justiça, e a inviolabilidade dos seus atos

e manifestações, no exercício da profissão.

O Estatuto atual tem falhas, o que é natural e compreensível. Mas, estas podem ser corrigidas com o passar do tempo, e com a autocrítica dos próprios advogados, convencidos das imperfeições e empenhados em aprimorar a sua lei básica.

Necessário se torna valorizar os aspectos positivos da lei, empenhar-se em seu acatamento, principalmente por aqueles a quem cabe fazê-la cumprir, como é o caso dos membros do Poder Judiciário, alguns dos quais inconformados com os direitos que os advogados já titulavam e que o novo Estatuto veio reforçar, efetivando o preceito constitucional mencionado.

Dentre os aspectos questionados, embora positivos da lei 8.906, acha-se o de poder o advogado sustentar oralmente suas razões, no Tribunal, depois do voto do relator, conquanto se ressinta da necessidade de estender o mesmo direito à parte contrária, inclusive o membro do MP, por respeito ao princípio da paridade processual. O artigo da referida lei, que assim dispunha, entretanto, teve suspensa a sua vigência pelo STF, em decisão por enquanto liminar. Sua finalidade é a de permitir corrigir eventuais equívocos ou falhas do Relator, exigindo-se maior preparo, assim do julgador quanto dos advogados que devem rebater os argumentos aduzidos no voto. O grande advogado **Dario de Almeida Magalhães**,

já acentuava em 1975 que uma das falhas dos métodos de julgar pelos nossos tribunais reside, precisamente, na forma de sustentação oral. Exemplificava com os julgamentos na Suprema

Corte dos EUA, onde os advogados têm atuação preponderante, falando pelo tempo que a corte julga necessária para esclarecer-se, respondendo às perguntas dos juízes, ou discorrendo sobre pontos que cada um dos nove julgadores entende relevantes, estabelecendo-se verdadeiro diálogo entre os patronos e os *justices*. A Corte Suprema americana dá prova de que está reunida para esclarecer-se de maneira cabal, através dos debates, para decidir da maneira mais segura possível, dando ao seu pronunciamento aquela força e autoridade que o *justice* Robert Jackson explicou nestas palavras: *We are not final because we are infallible, but we are infallible only because we are final.*

Infelizmente, essa lição não foi aprendida pelos críticos do novo Estatuto.

Impossível acentuar em poucas linhas todos os aspectos positivos, ou mesmo reconhecer as pequenas falhas, que o novo Estatuto encerra. Mas, é preciso conscientizar os futuros advogados para a defesa do seu Estatuto, indispensável ao exercício livre e independente da profissão, na intransigente defesa dos interesses e direitos que lhes serão entregues pelos verdadeiros destinatários das garantias da advocacia: os também futuros seus clientes.

* é ex-presidente da AASP (76), da OAB-SP (79-81) e do Conselho Federal da OAB (83-85)

Certa vez resolvi jantar fora. Esqueci-me de cancelar minha refeição com a Madalena (a pessoa que faz o meu jantar).

Finda a festa. Chego em casa. O marmitex estava sobre a mesa, todo cheiroso ainda. Era tarde. Estava sonolento, sem fome. Não conseguiria comer novamente. Estava sem saco para digerir o ravioli à romanesca da Madá. Fiz menção em jogar a sacolinha, dentro da qual havia o jantar, porém recuei frente a uma idéia: darei para alguém! Sorri com ar de bom samaritano. Mas pra quem? Onde a esta hora?! Receei andar muito até encontrar um *Zé bostinha qualquer*. Sampa é uma cidade perigosa à noite.

Foda-se! Peguei as chaves de casa. Na rua, de frente à porta ainda, fiquei perdido: direita ou esquerda? Resolvi seguir para a esquerda, pois nessa direção, a poucos metros dali, havia um homem deitado, moribundo. Aproximei-me dele. Cutuquei-o. Ele acordou de algum pesadelo, ou sonho. Ofereci meu ravioli. Sem enxergar a mim e à refeição, apenas aceitou. Afinal, percebeu que lhe ajudavam. Acho que o animal, após despertar de todo, imaginou que a ajuda veio de algum anjo. Contudo, depois de se saciar, duvido que não tenha rogado muitas pragas por eu ter lhe dado oportunidade ímpar e última de comer tal massa. Agora é ficar na vontade até seu fim.

Voltei sorrindo pra casa. Fora fácil demais. Nem precisei ir longe. Foi legal encon-

ANIMAIS MENDIGOS: ALIMENTÁ-LOS OU NÃO ALIMENTÁ-LOS? EIS A QUESTÃO!

Alysson César *

trar um mendigo de modo fácil - Veja só!

A partir deste dia, quando sobrava alguma coisinha, ou quando me esquecia de cancelar o jantar, não exitava em logo achar um indigente para aliviar sua fome. Sempre que assim procedia, sentia-me como um interiorano a alimentar seus porquinhos magros, para um futuro abate, com as sobras de comida até do vizinho. O triste é a tamanha semelhança dos fatos: as ruas paulistanas são um chiqueiro, e os miseráveis vivem como porcos. Aliás, há pocilgas mais limpas que frente à faculdade, e muitos suínos vivem em condições mais higiênicas que os moradores do Lgo. São Francisco.

Lembro-me de um outro dia, quando fiquei com medo de ser ferido por um desses meninos de rua, alvos do saquinho de pães que eu tinha em mãos. O garoto transmitia um jeito hostil com os tijolos que possuía. Corpo de 12 ou 13 anos. Cara de gurizinho, também amedrontado. De qualquer maneira, continuava deixando com medo os marmanjões e barbados transeuntes. Quando lhe entreguei o saquinho, senti-me aliviado. Não fui atacado. O moleque pegou o saquinho, seus tijolos e se foi, dizendo **OBRIGADO** em alta e boa pronúncia, de forma educada.

Forma mais educada que muitos *brigados* que se ouve debaixo das arcadas. Fiquei com vergonha de mim por temer o menino.

Até encontrá-lo, eu tava emburrado. Andara durante uns 10 minutos sem encontrar um maldito pedinte para aliviar minhas mãos e espírito constrangido. Situação rara!

A última vez que alimentei um suíno, ou seja, o último regatone de presunto que dei a um indigente, encontrei-o deitado na minha porta. O velhinho estava faminto! Lambeu o marmitex famelicamente. Deixou-o brilhando. Esta noite ele só passou frio.

Esta situação me fez pensar sobre a campanha do Betinho. Ela acabou, né? Na verdade, acabou a febre de campanhas disso ou daquilo para ajudar os etíopes brasileiros. Se não acabou, diminuiu significativamente.

Elas não resolveram o problema de ninguém. Concordo que tapou alguns estômagos esburacados, e isso por uns dias. Concordo que evitaram mortes causadas pelo frio. Mas e daí? Acabou com a fome? Tirou esses animais da rua? Fez surtir algum efeito?

Essas campanhas serviram apenas para resolver os problemas existenciais, morais e espirituais de cada um de nós. Acalmou nossas pobres almas que não se predispõem a fazer

nada concreto para dirimir a calamitosa situação que afeta 32 milhões de brasileiros.

Não sou contra as mobilizações sociais. São válidas e amenizam, por dias, em pontos isolados, as conseqüências da

miséria. Mas e daí? Continua a pergunta. Onde estão as deliberações para essa coisa a médio e longo prazo? Pois a curto é impossível. E não adianta mais Movimentos pela Cidadania contra a Fome.

Se ao menos estas campanhas "tapas buracos" incutissem em cada um não apenas sensação de bem estar, mas de incômodo e de vontade para realizar mudanças reais... de modo a evitar que mais crianças sejam confundidas com saco de lixo.

Alimentar ou não esses pobres animais de rua nas ruas? Eis a questão! Afinal, seria péssimo continuar criando maus hábitos nelles e na gente, porque isso pode aumentar ainda mais a comodidade em nossos já cômodos espíritos. Poderia aumentar ainda mais a população noturna das marquises já lotadas.

P.S.: Ei, Madalena, eu não tenho vergonha na cara. E nem vontade de fazer coisas concretas. Portanto capriche no filé *chateaubriand* e no bife a pizzaiolo. É dia de jantar fora. Adoraria que meus animais, alimentassem-se bem. Pois necessito confortar meu coração apático e inerte. Necessito ser bonzinho para alcançar o reino de Deus.

* é aluno do 2º DI

O CA XI DE AGOSTO EM DEBATE

RASGANDO O VERBO 95

Integrantes da chapa "Rasgando o Verbo" *

Estar no Centro Acadêmico XI de Agosto para a Rasgando o Verbo é acreditar na transformação, buscar uma estrutura democrática, participativa, crítica e construtiva para o meio em que atuamos. Estamos voltados, sim, para a Faculdade, queremos um ensino jurídico de boa qualidade, mas acima de tudo engajado nas questões sociais.

Após um ano de gestão, compreendemos cada vez mais a importância de um XI crítico, atuante. O XI deve ter uma cara corajosa e incisiva, demonstrando o porquê de sua existência, assumindo um caráter questionador e por que não revolucionário? Necessitamos de mudanças: inteiras no que diz respeito à estrutura anti-democrática da Faculdade e à degradação do ensino; e externas no que tange aos problemas sociais. Não podemos ter uma postura passiva diante de tanta miséria econômica, social, cultural e política!

O trabalho desenvolvido em 94 demonstra a importância que damos a essas questões, o crédito que damos ao poder de atuação do nosso CA. Organizamos o Congresso Interno, cuidamos das questões trabalhistas do XI, fizemos a semana 64 Nunca Mais, ganhamos a liminar no caso UNE-CMTC, conquistamos a chave da Sala dos Estudantes, enfim há vários campos de atuação e a omissão e a imobilidade são inaceitáveis.

Representar. Este é o desafio de um Centro Acadêmico. Entretanto, os ideais de representatividade e abertura à ampla participação, embora veiculados de maneira genérica, não devem dar lugar à práticas cotidianas de banalização do debate político e desrespeito da capacidade de discernimento do estudante desta

Faculdade. Um bom Centro Acadêmico é aquele que abre espaços para que o estudante possa atuar.

A Rasgando o Verbo foi na eleição de 93 a opção de mudança. Um grupo que trabalha desde 92 e se afirmou em 93, sempre mostrando a cara, uma oposição que não se escondia. Hoje, estamos mais maduros. Nesse ano de gestão vimos o quanto é trabalhoso, talvez desgastante, mas certamente valoroso estar no XI de Agosto.

No início fomos acusados de ser um grupo fechado, mas ninguém há de negar que a trabalho desenvolvido no Departamento de Comunicação e Imprensa comprovou que queremos diálogo, que buscamos a representação direta de cada aluno. Mostramos a cara e estamos aprendendo cada vez mais a ouvir críticas e abrir espaços para a representação e atuação de cada um: Ombudsman, "É Direito?", Agenda Mural, "escreva para a sua Faculdade", 170 alunos votando para o Conselho Editorial do Jornal do XI. Não temos medo de errar, não temos medo de nos dedicar.

Precisamos levar a Faculdade para atuar com a sociedade. Ir além das Arcadas buscando mudanças para questões ainda não resolvidas. Melhorar o ensino jurídico, defender os Direitos Humanos. Ousamos acreditar em um melhor ensino do Direito, em uma Faculdade crítica, lúcida. Buscamos democracia, valorizamos Assistência Jurídica gratuita. Queremos que a sociedade nos reconheça e nos procure. Ousamos acreditar em mudanças. Estaremos sempre Rasgando o Verbo: ousar lutar, ousar vencer!

* atual gestão do CA XI de Agosto

UM ANO DE GESTÃO PAPEL

Luís Virgílio Afonso da Silva *

Lá se foi um ano de gestão rasgando o verbo, lá se foi um ano perdido! Um ano às custas do Boletim do XI, que, com seus vinte e tantos números, conseguiu esconder o vazio que foi a atual gestão do XI. Vinte e tantos boletins imensamente comemorados, como se fosse este o único objetivo da gestão: esconder o nada através de boletins cheios de asneiras. Fomos obrigados a ler coisas como mousse de maracujá contra a fome, garota de Ipanema vende bombons na faculdade, camiseta do XI salva não sei quem, presentes, infalivelmente em todos os números do boletim. Isto para não falar das baboseiras de gosto para lá de duvidoso, como por exemplo, punheta no Conered, fooda-se não sei o que, lembretes para não confundir anais com cu etc. Em um dos debates para a eleição do XI, deram eles a justificativa para este monte de imbecilidades de baixo nível: era preciso abrir a cabeça dos alunos da São Francisco. A que ponto chegamos nós, que temos que ter nossas cabeças abertas por uma gestãozinha onanista!?!

É impressionante como o Boletim do XI tem tanto espaço para vender mousse de maracujá e nenhum para publicações do ombudsman. Para quem não sabe, a democrática gestão que introduziu este cargo no XI lutou de todas as formas para que ele não tivesse espaço no boletim. E, infelizmente, eles conseguiram.

Neste ano, portanto, não faltou iniciativa para que o boletim fosse publicado semanalmente. É óbvio, a publicação é acrílica, só com as palavras oficiais da rasgando, com nenhum espaço para vozes discordantes. Qual foi, no entanto, o apoio dado ao jornal "O Onze de Agosto", cujo

segundo número você tem em mãos: praticamente nenhum. Nossa gestão publicadora veio com a esfarrapada desculpa de que a Imesp, que sempre patrocinou este jornal, tinha cancelado qualquer tipo de apoio. Assim, com o primeiro não de um funcionário de "vigésimo" escalão, eles simplesmente desistem, cientes de que teriam uma "boa" justificativa para atrasar a publicação do jornal, cujo conselho editorial já tinha sido eleito, propositalmente, com meses de atraso. Curioso, mas em 1992 os patrocínios da Imesp já haviam sido cancelados, o que não impediu que, desde então, este jornal continuasse sendo lá impresso. Para que isto ocorresse, era apenas necessário um pouco mais de vontade política das gestões, que, não se contentando com o primeiro, nem com décimo não, iam em frente, até que o patrocínio fosse conseguido.

Não é de se estranhar que 2/3 da regência trina da chapa rasgando 95 seja de diretores de imprensa da gestão. Afinal, eles foram os únicos que desempenharam seu papel a contento em 94: conseguiram passar, para parte da faculdade, uma imagem de gestão atuante e provocadora (ah, ah), que nem de longe é retrato real do que tivemos no CA XI de Agosto. Chega de gestão papel! Chega de propaganda junto a calouros! Por que será que os milhares de números do boletim não chegaram nenhuma vez ao terceiro andar, salas dos quartos anos? A resposta ajuda a confirmar o óbvio: estes boletins, cujo único objetivo era acobertar a realidade, não teriam eficácia junto às pessoas que já conhecem o (não-)trabalho da atual gestão.

* é aluno do 4º DP

OPINIÃO

VIDA NOVA AO CA XI DE AGOSTO

Ricardo Stanzola *

A questão política nacional tem passado por muitas mudanças, cujo resultado parece positivo, mas ainda é imprevisível. Vivemos contudo uma crise de representatividade. Muito se tem discutido a respeito de questões como a obrigatoriedade do voto e o sistema representativo. Qual seria a melhor forma de fazer política institucional em nosso país? Sabemos da existência de muito fisiologismo e da troca de favores, que de uma certa forma desvirtua o princípio da escolha democrática, baseado na transparência e na liberdade.

Enquanto estudantes de direito e membros, filiados ou não, do CA XI de Agosto, devemos ter postura crítica com relação a tudo isto. Não podemos permitir que fatores políticos externos

tenham influência sobre nosso mais importante veículo de participação política.

Alguns estudantes da nossa faculdade, entre os quais me incluo, estão se organizando para formar um núcleo independente (Núcleo Onze Vivo), que apóie e conte com o apoio da gestão. Temos por objetivo a implementação de um grupo mais efetivo sobre o direito alternativo (tema muito polêmico e pouco debatido em nossa faculdade). Além do grupo de direito alternativo pretendemos criar um grupo de pesquisa sobre direitos difusos, como direito do consumidor e direito ambiental, juntamente com um núcleo de excursionismo. Há muitos estudantes na San Fran que fazem suas aventuras,

por aí, individualmente ou em pequenos grupos. Gostaria de convidar, então, todos os interessados em participar e ajudar na organização deste núcleo. O espaço é totalmente aberto.

No que tange à questão política, gostaria de parabenizar as duas chapas, por seu processo de renovação, incorporando pessoas novas ao grupo e em especial à chapa Rasgando o Verbo, na qual este processo foi mais difícil, mas resultou em um grupo transparente, coeso e com possibilidades de se tornar um forte referencial na história do XI. Pude acompanhar desde o início a formação do grupo Rasgando o Verbo e estou convicto de seu aprimoramento, apesar de haver ainda muito a ser feito.

Neste ano a Rasgando deixou a

desejar, principalmente em matéria de movimento estudantil e cultura. Foi a primeira experiência do grupo que ainda sofria interiormente com a pressão de seus membros mais burocratas, se batendo por questões irrelevantes e pessoais.

A depender dos membros da próxima chapa, isto dificilmente, se repetirá.

Neste sentido, o nosso recém nascido "Núcleo XI Vivo" espera contar com o apoio da futura gestão. Sabemos das dificuldades de se administrar um CA como o nosso e esperamos poder contribuir, complementando a próxima gestão (seja qual for), no que nos for possível.

* é aluno do 3º NP e um dos idealizadores do "Núcleo XI vivo"

UMA RESPOSTA E UM POUCO MAIS

Otávio Yazbek *

"Um dia nos levantaremos, e nossas nádegas continuarão coladas à poltrona"

J. Baudrillard - Cool Memories

Dedico essas notas ao amigo Fernando Amaral, presidente do XI e autor de um artigo chamado "Na Berlinda, o papel higiênico", que aqui procuro responder. A epígrafe escolhida já diz tudo: esse texto, mais que resposta é uma proposta, um projeto. Não vou contestar parágrafo por parágrafo o tal artigo e também não pretendo refutar premissas cuja falsidade salta aos olhos. Vamos de fato nos levantar da poltrona.

Começo tratando de dois pontos do referido artigo. Um deles é a questão da solidão do XI, que se esforça, debate (?), toma posições, mas é sempre esquecido por todos. A única explicação que o autor encontra para isso passa por "homocentrismo moderno" e "retratos de uma geração". Eu trataria o problema de outra maneira, mais clara, posto que o único fato incontestado é que hoje o XI não representa ninguém. A entidade vive de si e para si e as decisões são tomadas em salsa com meia dúzia de pessoas, de modo que o aluno não participa porque, na verdade, as portas

lhes foram fechadas, não havendo qualquer foro de discussão na faculdade franqueado e aberto a todos. Fernando, você identificou alguns efeitos, mas deixou as causas de lado. Foi o XI que abandonou os alunos e não o contrário.

O outro ponto a ressaltar diz respeito aos ataques feitos a alguns princípios que já nortearam a política acadêmica. Apartidarismo, legitimidade, "batalha contra o aparelhamento da entidade", tudo é considerado inútil e banal pelo colega. O pior é que são justamente esses elementos que mais fazem falta hoje ao XI. É claro que a entidade deve ser combativa, tomar posições, atuar, mas isso não quer dizer que se deva abrir mão da relação direta com os alunos, como se tem feito, muito pelo contrário. É por isso que a solidão do XI só tende a aumentar. A gestão deveria tomar mais cuidado, pois é desses trapos que se fazem bandeiras.

Aí entra a minha proposta. Faço parte de um grupo provisoriamente chamado "Movimento pró-Partido Aca-

dêmico". Nosso objetivo é trazer as discussões da Faculdade de volta para os alunos, tornando o XI novamente representativo, fazendo-o legítimo. Um Partido Acadêmico (e o ideal é que surja mais de um), ao contrário das atuais chapas, atua durante o ano inteiro como foro de debates e propostas independente, repensando posições, originando-se daí um caminho para o XI, pois também é aí que estarão sempre atuando alunos interessados na entidade. Não é uma idéia nova, até os anos 60 era assim que se fazia política na São Francisco.

Nas primeiras reuniões, todas abertas, surgiram várias propostas que vêm sendo discutidas e incorporadas a uma plataforma que, por ser fruto das preocupações diretas dos alunos, é para eles que se volta: implemento de mecanismos de democracia direta ao invés de meramente representativa; rediscussão do papel das coordenadorias; reestruturação do cultural e do departamento de ensino; política para a representação discente e por aí

vai, de acordo com as necessidades mais básicas que se nos apresentam mas costumam ficar de lado. Isso

não quer dizer que nós nos esqueçamos das questões sociais e de conjuntura nacional, a grande diferença é que defendemos que tais questões sejam discutidas com os alunos e não a despeito deles.

Um dia, quando ainda oposição, a Rasgando o Verbo até teve alguns pontos em comum com essa idéia, sendo hoje, no entanto, um feudo fechado, com opiniões cristalizadas, que ao invés de enfrentar seus problemas acusa os alunos, apostando na desmobilização dos mesmos, querendo apenas manter meia dúzia de cargos.

A esse grupo já tão velho em sua estrutura, eu deixo dois versos de *Internacional*, que com mais sentido que infinitos panfletos, atropelaram muitos daqueles que os cantavam e que, de democráticos ou abertos tinham apenas seus discursos: "Da idéia a chama já consome / A crosta bruta que a soterra".

* é aluno do 4º DP

LIVRARIA SARAIVA

UM POUCO DA NOSSA HISTÓRIA

Inaugurada em 13 de dezembro de 1914 com a denominação de "Livraria Acadêmica", a *Livraria Saraiva* é um dos estabelecimentos comerciais de maior tradição na cidade de São Paulo. Fruto dos sonhos de Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva, a livraria transformou-se em uma rede com 25 lojas - 15 delas na cidade de São Paulo e 10 em diferentes municípios paulistas e de outros estados. Também conta com 8 pontos de venda nas principais universidades na região da Grande São Paulo.

UM SONHO DE FORMAR NOVOS LEITORES

Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva nasceu em 28 de agosto de 1871, na Província de Tras-os-Montes, em Portugal. Imigrou para o Brasil com 21 anos de idade. Em 1914, aos 43 anos, Joaquim Saraiva abriu a "Livraria Acadêmica", no Largo do

LIVRARIA SARAIVA:

80 ANOS FORMANDO NOVOS LEITORES

A Livraria Saraiva foi criada em 1914 e hoje conta com 25 lojas, que mantêm a imagem de empresa séria, ativa e altamente preocupada com o atendimento da exigente clientela.

Ouvidor, em São Paulo, a princípio para comércio de livros usados.

Competente editor de livros de direito, o livreiro Saraiva tomou-se conhecido entre estudantes, juristas e compradores de livros da época.

O livreiro Saraiva, que recebeu o título de *Conselheiro Saraiva* como homenagem dos acadêmicos de Direito do Largo São Francisco, faleceu em 1944, legando aos filhos o projeto de consolidação da *Livraria Saraiva* e da construção da editora e de uma gráfica. Deixou como legado, sobretudo, um

sonho que deveria, cada vez mais, tornar-se realidade: a formação de novos leitores.

UMA LIVRARIA COMPLETA PARA ATENDER A TODOS OS LEITORES

A *Saraiva* é hoje a única rede de livrarias que comercializa livros de praticamente todas as áreas do conhecimento, à disposição do público em qualquer época do ano.

Os serviços prestados à comunidade no

ramo do livro, da cultura e do lazer formaram, além da ótima imagem junto ao público, o slogan da rede: *Livraria Saraiva - A Mais Completa*. O sonho do imigrante Joaquim Saraiva de formação de novos leitores impulsionou seus filhos a fazerem da *Livraria Saraiva*, que chega aos 80 anos de existência, uma referência obrigatória para estudantes, profissionais e leitores em geral.

SARAIVA



SEMPRE COM VOCÊ

 **livraria SARAIVA**
A mais completa

PLANOS E METAS DE FHC

Celso Lafer*

No discurso "O Real e o Sonho" de 28/7/94, pronunciado no Memorial JK, Fernando Henrique Cardoso deu início à configuração de sua Proposta de Governo. Naquela ocasião, FHC qualificou Juscelino como um articulador de consensos democráticos, voltado para a construção de um Brasil novo, ou seja, como liderança ao mesmo tempo pacificadora e inovadora. FHC associa, como JK, conforme venho observando, estes dois componentes - um necessário para a consolidação da democracia em nosso país, outro imprescindível para levar adiante a mudança.

O desafio da mudança que FHC tem pela frente, no entanto, é diferente daquele enfrentado por JK. Daí a pergunta: quais são, além dos traços compartilhados de liderança, os pontos de convergência e de divergência entre o Programa de Metas de JK e a recém divulgada proposta de governo de FHC. Mãos à Obra Brasil?

JK e FHC têm em comum algo pouco freqüente na política brasileira: um conhecimento e uma sensibilidade ao mesmo tempo do país e do mundo. Por isso o mundo não os atemoriza nem os deslumbra. Daí, em ambos, um nacionalismo destituído de jacobinismo xenófobo, em função do qual o espaço do internacional não é visto como uma ameaça, mas percebido como campo de oportunidades para traduzir necessidades internas em realizações. Isto se reflete nas suas propostas.

JK garimpou o novo no que existia no Estado, na Sociedade e na Economia do país da década de 50, dando-lhes uma racionalidade superior através de diretrizes do Programa de Metas, que redundaram num choque de progresso para o país. Valeu-se, neste processo, do investimento estrangeiro para aprofundar, com sucesso, o modelo de substituição de importações. O desafio de FHC é de outro tipo, pois do existente não dá, nos anos 90, para desvendar o novo.

Com efeito, a crise dos anos 80 comprovou o esgotamento das receitas programáticas da substituição de importações, e a queda do muro de Berlim e os seus desdobramentos, a exaustão das fórmulas do saber técnico tradicionalmente associadas, em nosso país e no mundo, à Esquerda (por exemplo, planejamento central, estatização dos meios de produção, etc.). Daí a impossibilidade de um projeto de desenvolvimento autárquico e a importância da imaginação para a reforma, como observou FHC em

artigo no qual dá conta da continuidade entre a sua obra de intelectual e a via social-democrática que, como homem público, está propondo ao país.

A identidade social-democrática da proposta de FHC está afirmada, logo no início de Mãos à Obra parte do pressuposto de que a estabilização da moeda e o controle da inflação - ponto de partida para a superação da crise - exige o ajuste dos meios aos fins. Por isso, dedica muita atenção às fontes de recursos a serem mobilizados para tornar possível a sua proposta de governo, levando em conta o que acontece no mundo. Destaca os provenientes do orçamento da União, - a serem ampliados por uma reforma fiscal e melhor utilizados através a reforma do Estado-; em sintonia com as tendências internacionais, sublinha a importância das receitas a serem obtidas através da privatização; elenca o aproveitamento de parte das reservas cambiais do país num Fundo de Financiamento de Desenvolvimento; chama a atenção para projetos que poderão atrair investidores nacionais e estrangeiros; registra as oportunidades para o lançamento de bônus no mercado internacional de capitais; explora o potencial daquilo que pode ser obtido através de organismos e agências bilaterais e multilaterais de crédito (Banco Mundial, BID, Eximbank, etc.). Com isto chega, entre recursos nacionais e estrangeiros, públicos e privados, a 100 bilhões de reais.

Qual é o rumo que ele quer dar ao país com a mobilização destes recursos? Isto se espelha nas suas cinco metas prioritárias. Realço emprego, que era a meta implícita de JK mas que FHC teve que tornar explícita porque hoje, com a Revolução Industrial em curso globalmente, ao crescimento econômico, por si só, não corresponde o crescimento do emprego. Daí o tema da qualificação e da capacitação da mão de obra e um vasto elenco de ações para a geração de empregos. Agricultura, no âmbito de um sistema produtivo e competitivo sustentável é a outra meta, pois é o início da principal cadeia de produção de bens de consumo de massas (alimentos e fibras vegetais); significa mais emprego e está concebida, democraticamente, inclusive em matéria de reforma agrária,

como um reencontro da cidadania no meio rural. Educação é outra meta prioritária, concebida como requisito para o pleno exercício da cidadania; para a inserção no mercado; para um desenvolvimento econômico competitivo e como condição para uma sociedade mais justa, solidária e integrada. Saúde, tanto na vertente da prevenção da doença quanto na da promoção da saúde, está estruturada para melhorar a qualidade de vida da população. Segurança é meta concebida para acabar com a lógica do medo e dar espaço para uma das características que explica o sucesso de JK: o princípio da esperança.

As 5 metas prioritárias complementam-se com habitação, na qual interligam-se geração de empregos e ampliação de moradias; saneamento, entendido de forma mais abrangente, à luz da Rio-92, como saneamento ambiental; e turismo, visto como importante para gerar empregos e, inclusive, atrair recursos externos através de uma "abertura dos portos" ao turismo internacional.

O Programa de Metas de JK atribuía grande importância ao binômio Energia e Transportes no contexto do modelo de substituição de importações. Mãos à Obra Brasil, de FHC, também, mas à luz de um outro tipo de projeto de desenvolvimento. No capítulo energético, além da energia hidráulica e do petróleo e do tema da conservação e uso racional de energia, lida com a mudança da matriz energética através da bio-massa e do gás natural, explorando em termos práticos, com o uso do gás natural da Bolívia, Argentina e Peru, a "visão directiva" da integração regional e adaptando, assim, a experiência européia que começou com o carvão e o aço. No capítulo transportes, repensa a geografia econômica, em função dos quesitos de maior integração competitiva do Brasil com os principais mercados internacionais e com os países vizinhos, dentro do contexto da globalização e da abertura comercial. Mãos à Obra, também em sintonia com o que ocorre no mundo, sublinha como a tecnologia da informação tornou-se peça fundamental do desenvolvimento e inclui entre os seus objetivos a ampliação das telecomunicações, o que passa por propostas de flexibilização do

monopólio estatal no setor.

Os investimentos de infra-estrutura para uma economia competitiva, elencados acima, estão associados a uma política industrial e de comércio exterior, a uma política de ciência e tecnologia e a uma política externa destinada a ampliar, no contexto dos grandes processos de globalização, o controle da sociedade brasileira sobre o seu próprio destino.

Mãos à Obra Brasil identifica, como um dos componentes da crise brasileira, a crise do Estado, que busca equacionar com propostas de reforma da administração pública, de reforma fiscal, de reforma da previdência social e com novas medidas de privatização.

A crise do Estado é também encarada à luz dos dilemas de governança provenientes do relacionamento Estado/Sociedade. Daí as propostas de novas parcerias Estado/Sociedade, concebidas para criar novos canais de participação e de controle público, multiplicando os espaços de negociação de interesses e de conflitos. Em síntese, uma nova agenda democrática para articular os consensos da mudança de uma sociedade de massa muito complexa e heterogênea do que aquela com a qual lidou JK. Esta nova agenda passa pela cultura; pelo meio-ambiente; pela pobreza e a fome; pela criança e o adolescente; pela terceira idade, pelas mulheres, negros e índios, ou seja, pela interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos.

Em conclusão, diria, à luz do estreitamento do que hoje parece viável para a orientação das sociedades no mundo, que Mãos à Obra Brasil, em consonância com os valores da social-democracia, tem como rumo e princípio diretivo a justiça, compatibilizada no plano dos meios com os requisitos da competitividade internacional. A sua originalidade reside, para usar uma metáfora musical, no estar, como proposta, em harmonia com o mundo, mas de entoar a melodia própria da especificidade brasileira como um país de contrastes e de desigualdades porém de escala continental, no contexto internacional. Com a eleição de FHC, a consistência e confiabilidade - interna e externa - de sua proposta de governo, sinalizará, com a execução de Mãos à Obra que o Brasil quer mudar, quer mudar com o mundo; quer ajudar a mudar o mundo.

* é professor titular da Faculdade de Direito da USP

Ó mar! A minha vida é como as praias,
E o sonho morre como as ondas
voltam!

("Palavras ao Mar", de um dos melhores
poetas que passaram pela Academia)

Após as mudanças no leste da Europa, Francis Fukuyama, americano descendente de japoneses, escreveu "Será o fim da História?" ("The National Interest", verão de 1989), artigo que logo ganhou fama e, mais tarde, foi transformado em livro. O fim da História não era, evidentemente, o fim do mundo, mas sim, de certa forma, a declaração do fim da Política, do fim das ideologias. O artigo era uma espécie de ponto final à velha idéia, que vinha dos anos 60, de que não tinha mais sentido falar em "esquerda" e "direita".

Ora, a semelhança de programa dos candidatos Fernando Henrique e Lula, a confusa aliança de partidos, a discussão política limitada à pesquisa de intenção de voto e ao papel eleitoral do real, com abdição da análise intelectual por jornalistas e políticos, a pérfida votação do grande "animal político" da vida pública brasileira, Leonel Brizola, tudo poderia levar à conclusão de que, de fato, as eleições de 3 de outubro consagraram, no Brasil, o fim da História e o domínio definitivo do capitalismo liberal e do pragmatismo.

Ledo engano, porém. Nesta Terra, na verdade, apesar de seus 500 anos, a História mal começou. Se baixarmos das nu-

AS ELEIÇÕES DE 3 DE OUTUBRO

Antônio Junqueira de Azevedo*

vens o "pensamento de desejo" e obedecemos ao princípio de realidade, os fatos se impõem: a) para a eleição de presidente da República, houve mais de 33% de abstenções, votos nulos e em branco (e uma percentagem muito maior para a eleição proporcional); b) os 7% do candidato Enéas — do que eu ouvi nas inúmeras favelas de São Paulo — foram votos de protesto; c) 40% dos eleitores são praticamente analfabetos. A situação da República não é, pois, de esplendor da democracia, e sim, de carência de cidadania. De onde virá a força para mudar?

Desde o seu nascimento, esta Nação se faz pelo povo, mas contra o povo. O Brasil é uma máquina monstruosa de triturar gente; no período colonial, 3 milhões de índios e outro tanto de negros, que, antes, viviam para si mesmos, foram obrigados a trabalhar, escravizados, para satisfação de europeus. Com a Independência, veio a dominação econômica, mais sutil e mais destruidora que a colonial, e lá se foram mais 3 milhões de negros e outro tanto de imigrantes. Agora, com mais sutileza ainda, a dominação é intelectual, através de autores mentalmente colonizados e de políticos alheios à realidade social — com os

assalariados e principalmente os não-cidadãos a "pagar o pato". Nos meios de comunicação social devidamente atrelados à ordem externa, os escritores e jornalistas querem nos convencer de que o melhor que temos a fazer é nos submeter ao "mercado livre" (apesar dos subsídios à agricultura que praticam os países desenvolvidos, especialmente a Comunidade Européia). Propugnam retirar o Estado brasileiro do estímulo ao desenvolvimento tecnológico e das providências para melhor distribuição de renda; permitem americanizar, sem controle, nossa cultura (o Brasil, no GATT, não levantou, como a França, a questão da especificidade cultural). Há quem defenda diminuir ainda mais a taxa de natalidade (cf. Roberto Campos, reeleito, no "O Estado de São Paulo", de 16. X. 94). É todo um roteiro da dominação em que, com linguagem sofisticada ("inserção na ordem internacional", "modernidade", etc.), se procura manter o país na periferia do mundo. Enquanto isso, os pobres passam aos pobres sua herança de miséria.

O verdadeiro desejo de mudar exige tomada de posição. Chega de prioridades múltiplas, com a matemática desrespeitada, isto é, o número "um" transformado em

"cinco" (agricultura, educação, emprego, saúde, segurança) para agradar a todo mundo. A prioridade, a verdadeira prioridade, há de ser a criança, sua formação e educação. É preciso, no futuro, aproximar todos os brasileiros de uma certa igualdade de oportunidades; hoje, 50% das crianças não completam o 1º grau; há mais repetência e evasão que aprovação; as escolas, na expressão paradoxal de Darcy Ribeiro, formam mais analfabetos que alfabetizados. É preciso dar alimentação, atendimento médico e odontológico, ensinar educação física, em escolas públicas de tempo integral. Há que se valorizar o professor. É preciso mudar o currículo e formar o cidadão.

Considerando que a educação básica é função do governo estadual, o 2º turno traz alguma esperança. Não há razão para que o Estado de São Paulo fique a reboque do Governo Federal; o princípio democrático dos freios e contrapesos exige que o poder não esteja integralmente nas mãos do mesmo grupo. Abre-se, assim, a perspectiva do começo da destruição da "máquina da não-cidadania"! A educação integral das crianças não é solução de curto prazo; levará uma geração, mas é o único meio de quebrar o ciclo plurissecular de esperanças frustradas.

* é professor titular da Faculdade de Direito da USP e candidato a vice-governador de São Paulo pelo PDT

Há momentos na vida dos povos em que se apresentam dois caminhos para o futuro. A opção nesse caso pode ser angustiante mas, geralmente, existe clareza quanto aos efeitos da escolha que for feita. No momento atual da vida brasileira o número de variáveis é muito grande, havendo muitos futuros possíveis, ocorrendo uma interpenetração de prioridades, possibilidades de certeza quanto aos efeitos das opções.

Fernando Henrique Cardoso irá assumir a presidência com imagem muito favorável, pois, a par de uma biografia límpida, marcada pela dignidade e pela constante dedicação a uma atividade profissional de relevante interesse público, sua trajetória intelectual demonstra que ele é um homem consciente das exigências da dignidade humana e avesso ao arbítrio, à violência e ao deliberado favorecimento das injustiças institucionais. Se depender do novo presidente, o Brasil deverá mudar de rumos, superando os vícios históricos até hoje mantidos e alimentados por elites inconscientes e egoístas e partindo concretamente para a busca do equilíbrio social, eliminando discriminações e marginalizações e assegurando a todos o mínimo de dignidade exigido pela natureza humana.

De acordo com as lições da história, a não ser nos sistemas totalitários comandados por um homem forte que impõe sua vontade invariavelmente trazendo muito mais prejuízos do que benefícios para o povo, todo governo depende de muitas pessoas e de uma série de circunstâncias para definir seus objetivos imediatos e conseguir realizá-los. É evidente que um

BRASIL: PARA ONDE VAMOS?

Dalmo de Abreu Dallari*

governante competente, determinado e com a força moral e psicológica de um líder autêntico, consegue atrair adesões e conjugar os fatores do poder social para fazer prevalecer seu ponto de vista. Foi isso o que conseguiu, por exemplo, Franklin Roosevelt, superando grandes obstáculos iniciais e acabando por implantar o intervencionismo no Estado capitalista norte-americano, criando o que ele próprio denominou um neoliberalismo.

No caso do Brasil, existem fatores circunstanciais e institucionais que se colocam como obstáculos de difícil transposição, que será necessário enfrentar e que, a bem do povo brasileiro, devem ser enfrentados tomando por base a ordem consagrada na Constituição vigente e os meios de ação e aperfeiçoamento institucional previstos nos próprios dispositivos constitucionais. Um fator circunstancial muito relevante é o peso do esquema político-parlamentar que deu sustentação à candidatura de Fernando Henrique Cardoso, colocando na vice-presidência Marco Maciel, político pernambucano que nas últimas décadas sempre teve posição proeminente nos governos, tanto militares quanto civis.

Na realidade, foram os denomidores da região norte-nordeste do Brasil que se aliaram ao novo presidente. Isso é muito importante porque, quando se trata de preservar o sistema, garantindo a continuidade de sua dominação e incluindo a

possibilidade de usar os recursos e serviços públicos como se fossem coisas de propriedade dos oligarcas da região, eles atuam numa unidade compacta, independente da filiação partidária de cada um. Foi justamente essa frente política, existente desde o século passado, que transformou o federalismo brasileiro numa aliança de oligarquias. Eles não admitem a modernização daquela parte do Brasil, mas, para isso, penetra fortemente no governo central e impedem a modernização de todo o Brasil.

Não foi por acaso que a última constituinte decidiu criar três novos Estados na federação brasileira - Amapá, Roraima e Tocantins - todos na parte norte do país, significando o acréscimo de nove senadores e vinte e quatro deputados federais. Não é também por acaso que os mais fortes candidatos à presidência do Senado e da Câmara de Deputados são daquela região, como também não foi casual fato de José Sarney ter sido eleito senador do Estado do Amapá sem nunca ter residido naquele Estado. Assim, também, quando se verifica que Antônio Carlos Magalhães, outro político da região, foi Ministro das Comunicações, aumentando o controle da multimídia pelos oligarcas, e que já se começa a falar em seu filho para ocupar o mesmo Ministério, pode-se concluir que nada disso aconteceu ou está acontecendo por acaso.

O povo dessa região do Brasil é víti-

ma imediata e mais ostensiva da manipulação das informações e da alimentação de preconceitos regionais. Usando o rádio, a televisão e os jornais, os oligarcas dizem ao povo que as acusações de corrupção e atraso feitas contra eles, são apenas o produto de inveja e intolerância do sul e, assim, continuam ocupando todas as posições de mando, com o apoio do povo da região. E, assim, eles também se elegem e conseguem manter maioria no Congresso Nacional, além de impor sua presença na presidência ou vice-presidência da República e nos Ministérios, usando os meios institucionais para "legalizar" os privilégios, corrupção e injustiça. E todo o povo brasileiro sai perdendo.

Sem exagero, pode-se dizer que a criação do Brasil novo depende, em grande parte, da força e da competência do novo presidente para agir com independência em relação a essa aliança de oligarcas. Os partidos políticos que lutam, verdadeiramente, pela justiça social e pela moralização dos costumes políticos devem dar um voto de confiança ao novo presidente. O Brasil precisa de seu sucesso e não seria patriótico nem justo declarar uma oposição prévia e sistemática, mas também não é o caso de lhe dar apoio incondicional, admitindo que postos-chaves do governo, fundamentais para a implantação de uma ordem social justa e para a racionalização e moralização da administração pública, sejam entregues a notórios beneficiários do atraso e da imoralidade.

* é professor titular da Faculdade de Direito da USP

A ACADEMIA DE LETRAS EM QUESTÃO

"VITA BREVIS ARS LONGA"

ACADEMIA DE LETRAS

José Maria Arruda de Andrade *

"Volta teus olhos ao Sol e saberá que as sombras ficarão para trás"

Este começo de semestre trouxe à tona algumas discordâncias entre a **Academia de Letras** e a **Rasgando o Verbo**. Longe de tentar explicar o que aconteceu, visto que estas divergências estão superadas, este artigo surge querendo explicar o que foi feito e o que já está preparado pela **Academia de Letras** na área cultural.

As críticas feitas pela **Academia** restringiram-se ao assunto papel e à ameaça de Processo por parte da **Rasgando o Verbo**. Nunca criticamos os aspectos políticos ou os eventos realizados. Se estivéssemos interessados em fazer oposição, criticaríamos assuntos ligados a cultura, ensino e outros. Não, definitivamente não o fizemos.

A **Academia** é uma entidade de estudo que tem como função subsidiária promover e divulgar a cultura na faculdade. Ora, não pedimos votos em salas de aula, não temos renda mensal, nem tampouco cobramos dinheiro de alunos.

No entanto, não obstante isso, podemos dizer que, hoje, a **Academia** produz muito mais eventos culturais que os anos anteriores, isto para restringirmos a comparação apenas à nossa entidade...

Desde outubro de 93, a **Academia** produziu:

- A 7ª edição do Halloween;
- Quatro edições da Revista Phoenix (com mais de 100 participações de alunos);
- 3ª edição da "Vinhatinta" (Infelizmente através de gráfica particular);
- Dois debates entre as chapas que concorreram ao CA;
- Duas Récitas com poesia de todos e com Vinho para todos;
- Concurso Literário -banca Julgadora: Neto, Gustavo Rossi, Atrasário e Rafael Diniz;
- Ingresso de cinco novos membros (Marcos Pulino, Adriana Aneli, Beyla Fellous, Marcelo Marques, Jarbas Luiz);
- Duas Feiras de Livros;
- Um Show de Rock com Cerveja de Graça;
- Realização de um novo estatuto para entidade;
- Reconquista da antiga sede da Academia;
- Palestra com Antonio Candido;
- Apoio ao espetáculo

"Antígona" da Arcádia Cia. Teatral;

- Concerto com a Orquestra Sinfônica Juvenil de S.P.;
- Mais uma Feira de Livros (desta vez com quadrinhos também);

E temos ainda para este ano:

- 8º Halloween;
- Palestra com Lygia Fagundes Telles;
- E no ano que vem:
- Ressurreição da Arcádia (nº 101);
- Mais concertos eruditos, mais Shows de Rock, Poesia, Vinho, Cerveja...

O leitor atento perceberá que damos ênfase à **Literatura** e à **Música**, e não poderia ser diferente, já que são as duas modalidades de maior interesse dos alunos. Na área literária, publicamos o que os alunos escrevem (**não selecionamos, nem censuramos**); trazemos livros jurídicos e de Literatura mais baratos para os estudantes; trazemos grandes críticos (**Antonio Candido, Darcy Ribeiro e Lygia Fagundes Telles**). Na área musical promovemos desde **Rock** até música **Erudita**, passando por **chorinho**, dando ênfase a grupos musicais dos alunos da Sanfran, inclusive nos Shows do Halloween.

Enfim, antes de franzirmos a testa e partirmos para discussões de caráter onanista exacerbado, está provado que a **Academia tem mais interesse na Cultura e na Faculdade. Afinal, são três páginas de críticas publicadas contra mais de**

140 de literatura e desenhos.

Os políticos estudantis se cobram posições políticas e questões de ordem, mas se rebelam quando alunos tomam posições.

Sabemos que existem aqueles que se julgam superiores e críticos, a esses, pedimos desculpas por nossa mediocridade, mas, ousamos lembrar que mais vale aquele que tem intenção de realizar (democraticamente como a Phoenix) do que aquele que guarda apenas para si seus estudos, esses, são verdadeiros avarentos e donos da verdade, que já estão a beira de se formar e se esquecem de que nada produziram para os alunos. É triste, mas excesso de senso crítico nos faz perder nosso próprio valor. Nada soma, tudo se divide!

A revista Phoenix é uma revista aberta sim, e para censurar o que os alunos escrevem, primeiro vão ter que me processar!

Aqui está o que fizemos em um ano, nossos projetos continuam, **o trabalho sempre aparece para quem quer produzir**. Afinal, se fôssemos parar para atirar pedras em todos os cães que ladram no caminho, nunca chegaríamos ao nosso destino.

Aguardamos, ansiosos, sugestões e críticas, e se preparem para a Academia após o Halloween, pois se sem dinheiro fizemos tudo isto, imaginem com dinheiro...

Saudações Literárias!!!!!!

* é presidente da Academia de Letras

DOZE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO ANOS PARA NADA...

José Rodrigo Rodriguez *

"Se vogliamo que tutto timanga comè, bisogna che tutto cambi. Mi sono spiegato?" (Lampedusa, Tomasi di. **Il Gatopardo**). Recebi a publicação da "Phoenix" como um chute no estômago. Como é possível uma revista de poesia se tornar nociva, indesejável e inútil? Como é possível admitir que o poema tenha se revestido de uma aura de decepção e desprezo? Amar a poesia e ao mesmo tempo querer expulsá-la da cidade?

Tenho em minhas mãos o último número do jornal Verve, especializado em arte, comportamento e jornalismo. Em julho de 91, o editorial lança um apelo emocionado aos credores do jornal tentando preservá-lo. Diversos intelectuais, entre eles Adélia Prado, lançam o apelo "Preserve o Verve!" "Uma das poesias mais lindas nos últimos tempos eu li no Verve", diz o poeta. "Leio Verve todos os números, e leio com interesse", diz Ferreira Gullar. Tudo em vão... Não foi possível preservar esta pequena publicação de 1500 exemplares.

Não há muitos veículos especializados na arte brasileira. Nesse quadro, qualquer veículo, por menor que seja, se reveste de uma importância fundamental. O terreno está praticamente livre: qualquer publicação pode se tornar ponto de referência cultural pelo simples fato de discutir a arte nacional. Até mesmo a "Phoenix"...

É inconcebível que uma pessoa com um

mínimo de vivência artística se dê ao luxo de desperdiçar um espaço como o da "Phoenix". Doze páginas, tiragem razoável, o que mais é preciso? É preciso substância, projeto e vontade de fazer uma revista de verdade.

A "Phoenix" nunca foi uma revista. A alma de uma publicação é sua linha editorial, os fins que se deseja atingir por meio do veículo. Os editores da "Phoenix", desde o primeiro número até o último (sob a responsabilidade da Academia de Letras e com o apoio do PAU - Partido Acadêmico Autônomo) nunca souberam o que isso significa. O objetivo máximo da revista é simplesmente ser publicada e a seleção dos textos é pela ordem de chegada. Não há reflexão nem divulgação de novos poetas. Não há opiniões, só poemas amontoados.

Por diversas vezes a Academia se pronunciou com desconfiança sobre a possibilidade de selecionar os textos. Quem vai selecionar? Esta pessoa tem capacidade para tanto? Ora bolas, selecionem vocês mesmos! Qual é a diferença entre selecionar os melhores poemas dos candidatos à uma vaga entre nossos imortais e selecionar poemas para uma revista? Se quiserem ser coerentes com suas próprias práticas, é preciso que a Academia se utilize também do critério da ordem de chegada para a escolha de seus membros. Uma sugestão é vincular o resultado da tradicional corrida Carruagens de

Fogo ao preenchimento das vagas da Academia. Além de rápidos, os novos acadêmicos seriam bons de copo, qualidade indispensável em qualquer escritor de prestígio...

Toda seleção pressupõe uma atitude crítica. Demanda coragem de valorar os objetos apreciados e justificar as escolhas. "Toda crítica viva - isto é, que empenha a personalidade do crítico e intervém na sensibilidade do leitor - **parte de uma impressão para chegar a um juízo...**", nos ensina Antônio Cândido (**Formação da Literatura Brasileira**).

É isso que estamos pedindo de nossos acadêmicos: juízos, opiniões, polêmicas, coragem. Nós, amantes/amadores da poesia, queremos ter com quem conversar... Como é possível discutir arte com o nada, com a falta de opinião, com o descaso crítico, com a falta de critérios na apreciação das obras? Não há discussão se não houver assunto, e nossos acadêmicos estão contribuindo de maneira decisiva para esvaziar qualquer possibilidade de reflexão acerca de poesia.

É evidente que nossos acadêmicos conhecem a nova poesia brasileira, poetas na casa dos trinta ou quarenta anos, sem espaço e quase sem público. alguns exemplos: **Paulo Henriques Brito**, tradutor de Edmund Wilson e Wallace Stevens: "Quando não sei o que sinto / sei que o que sinto é o que sou / Só o que não meço não minto". **Rodrigo Garcia Lopes**, tradutor de E.E. Cummings, Sylvia Plath, Willian Carlos Williams: "perdido entre pedras clássicas / me movo de novo / pelas aléias e aldeias". **Alexei Bueno**, tradutor

de Nerval e Poe: "Esqueletos da terra vi brotando / Como corpos mostrando-se em nudez. / Bocas cheias de pó vi vomitando / A roupa interna e externa...". **Age de Carvalho**: "Luzes, luzaes.. / "Cresci testemunhando / aquele anel azul" / Estrada noturna".

É preciso se apaixonar pela poesia como reflexão, como meio de vivenciar experiências únicas e adquirir uma forma extremamente particular de conhecimento. A Academia justifica a não seleção de textos evocando o direito democrático de todos os alunos de verem seus poemas publicados. Ora, o conceito de democracia não poderia estar mais fora de lugar. Não se trata no caso de ser democrático ou não, mas sim de fazer sentido ou não; de dar conteúdo a uma determinada forma, ou deixá-la perder-se no vazio. A democracia não pode ser o critério da falta de qualidade.

Talvez não valha a pena gastar tanta saliva pois como disse Homero: "Como reagir? São os deuses que tudo dispõem. / A Culpa é filha de Zeus, deusa excelsa que os homens conturba, / nume funesto de pés muito leves, que a terra não roça / ao caminhar, mas passeia sobre a cabeça dos homes / ocasionando tropeços..." (**Ilíada**, XIX, 90 a 94). Mas o que lamento profundamente é que a Phoenix, completado seu ciclo de vida de doze mil novecentos e noventa e quatro anos; espelho e imagem do universo, o fogo renascido do fogo renasça das suas cinzas para ser testemunha de um século de mediocridade.

* é aluno do 4º DP